

Secretário não quer venda da SAB

O secretário de Agricultura do Distrito Federal, Alceu Sanches, disse ontem que o governo Federal está agindo certo ao estabelecer a política de privatização de empresas, "pois era uma necessidade que já se fazia sentir". Porém, ao se referir a uma possível privatização da rede de lojas da SAB, seu parecer foi contrário. "Neste caso, é salutar a presença do setor público como forma de regular o mercado com amplos benefícios sociais, evitando especulações e abusos do poder econômico".

A SAB atualmente é responsável por 25% da oferta de alimentos no Distrito Federal, e 60% de suas lojas estão localizadas nas cidades-satélites e áreas periféricas do DF. Com base nestes dados, Alceu Sanches acredita que, com uma possível privatização, esta população, que hoje conta com os serviços populares da SAB, como única alternativa de comprar a preços de supermercado, ficaria ao sabor dos donos de mercearias e quitandas. Por terem menor eficiência de capital, explica, esses comerciantes operam a custos elevados.

Sendo assim, o secretário de Agricultura não tem dúvidas de que o Governo Federal tomará os cuidados necessários na seleção das empresas e dos setores que serão atingidos pela política de privatização. "O governo do Distrito Federal buscará uma forma de se adequar a essa diretriz, levando em consideração que, para a privatização, deve-se observar cuidados especiais". O secretário argumenta que há setores que, por razões de segurança nacional, ou de interesse amplo da comunidade como um todo, exige e exigirão sempre a presença do Estado como forma de assegurar certos abusos de poder econômico e assegurar também, a soberania do país".

Na opinião do secretário de Agricultura, quando se fala em privatização ampla, genérica e alastrante, é preciso estar

atento para o fato de que muitas das atuais empresas públicas, estaduais e municipais, que prestam serviços básicos a população foram criadas como forma de dar maior flexibilidade administrativa, controle e eficiência a serviços como o de saneamento, água, esgoto, transporte, alimentação. Ele lembrou que antes, estes serviços eram prestados por departamentos ou órgãos da administração direta das unidades federativas ou municípios e os resultados eram insatisfatórios.

Alceu Sanches destacou o setor de abastecimento de bens essenciais à população, como é o caso da SAB, em que o Estado entra de forma complementar e supletiva em regiões pioneiras — o caso de Brasília — ou em áreas desassistidas pela iniciativa privada.

CRIAÇÃO

A Capital Federal não havia ainda sido inaugurada quando a SAB foi criada. Era então o único serviço de abastecimento alimentar da população que construiu a cidade. Mais tarde se transformou em Sociedade de Abastecimento de Brasília Ltda, e suas lojas constituíram uma experiência pioneira em termos de supermercado no país. Hoje, explicou Sanches, como uma Sociedade Anônima, a SAB, com 26 lojas e 3 centrais de abastecimento, tornou-se um poderoso instrumento regulador do mercado para a política de abastecimento do governo do Distrito Federal.

No mês passado, o lucro do supermercado foi da ordem aproximada de 16 milhões de cruzeiros, mas, segundo Sanches, não existe qualquer preocupação com o lucro. "A preocupação existe no sentido de que a parte financeira deve ficar empatada". Ressalvou que 80% do faturamento da SAB procede exclusivamente da venda de artigos alimentares, ao

passo que nos demais supermercados de iniciativa privada, a maior parte do lucro tem origem na venda de eletrodomésticos.

Quanto ao serviço prestado pela Cobal, que também tem como função regular o mercado de abastecimento alimentar, o secretário de Agricultura admitiu que se ela operasse com menos produtos — na base de uns 30 — poderia obter maior efeito no abastecimento da população, principalmente, a de menor poder aquisitivo.

SAB

A Sociedade de Abastecimento de Brasília não deverá passar para a iniciativa privada, pois é um eio no sistema de abastecimento de alimentos, e uma atividade que deve prosseguir como ação governamental, da mesma forma que a geração de energia, telecomunicações, saneamento básico. A opinião é do diretor-presidente da SAB, Fernando Queiroz Neves, que justifica a não-privatização nessas áreas com o argumento de que apresentaram um grande incremento nas últimas décadas graças à intervenção governamental.

Fernando Queiroz fez questão de frisar, ao grupo de empresários e dirigentes da Federação do Comércio de Brasília, durante palestra sobre o tema abastecimento, que suas afirmações representavam um pensamento pessoal.

"Não refletem uma decisão de governo, pois na verdade esse é um assunto cujas definições e diretrizes ainda estão na fase preliminar de avaliação". E completou: "É até possível que dados novos me façam orientar esse ponto de vista. Mas acho altamente necessária a presença do governo como moderador, disciplinador e controlador da estrutura do sistema de produção de alimentos, área de grande importância, até em termos de segurança nacional".